

CESAR ZUCCO JR.

ESQUERDA, DIREITA E GOVERNO

A ideologia dos partidos políticos brasileiros

Este texto apresenta uma atualização e correção das estimativas de posicionamento ideológico dos principais partidos brasileiros no período pós-Constituinte, utilizando o método proposto por Power e Zucco Jr.,¹ mas incorporando resultados da PLB 2009 e fazendo uso de dados mais completos acerca dos parlamentares que responderam a mais de uma edição da pesquisa.

O presente trabalho examina também, ainda que brevemente, o possível significado substantivo dessas posições e o papel da ideologia no comportamento dos parlamentares no plenário. Para a primeira dessas questões, o trabalho compara os resultados obtidos a partir das perguntas acerca de localização ideológica com uma pergunta “substantiva” incluída em diversas (mas não todas) edições da Pesquisa Legislativa. Na discussão da segunda questão, as posições ideológicas estimadas a partir dos *surveys* são incorporadas à análise das votações nominais na 53ª legislatura, possibilitando o estudo do comportamento dos parlamentares.

Há uma estabilidade na maneira pela qual os parlamentares veem a si mesmos e aos seus pares, mas essa estabilidade mascara uma significativa mudança no significado substantivo das posições ideológicas e ao relativamente pequeno impacto dessas

classificações ideológicas no comportamento legislativo. Esquerda e direita ainda estão claramente associadas à maior e menor intervenção do Estado na economia, respectivamente, mas houve uma considerável retração das posições mais à esquerda. Além disso, o texto mostra evidência de que ideologia não é a principal clivagem nas votações realizadas na Câmara de Deputados.

ESTIMANDO A “REAL” POSIÇÃO DOS PARTIDOS

A PLB 2009, assim como todas as edições anteriores das Pesquisas Legislativas,² incluiu questões de classificação ideológica, nas quais parlamentares se autoclassificam e classificam todos os principais partidos em uma mesma escala ideológica de 1 a 10.³ Embora a ordem dos partidos seja bastante consistente entre os respondentes, os parlamentares utilizam esta escala de maneira bastante variada. Enquanto alguns a utilizam por inteiro, outros concentram a grande maioria dos partidos em alguma região da escala. Embora este seja um problema bastante conhecido,⁴ ele nem sempre é levado em conta nas análises de *surveys*. Além disso, a comparação de resultados de pesquisas realizadas em legislaturas diferentes pode também ser problemática, uma vez que o significado da escala possivelmente varia ao longo do tempo.

Um exemplo do primeiro desses problemas é observável na Tabela 1,⁵ que mostra as respostas à pergunta de classificação ideológica dos partidos, dadas por três parlamentares em 1990, aos quais foram atribuídos nomes fictícios, mas cuja filiação partidária e estado da federação são reais. As respostas de Fulano (PT-SP), Beltrano (PFL-MS) e Sicrano (PMDB-PE) sugerem um ordenamento bastante semelhante dos partidos, mas a escala de resposta foi utilizada de maneira muito diferente por cada um. Fulano espalhou os partidos de 1 a 10 (com considerável distância entre os partidos da direita e os demais), Beltrano usou somente a primeira metade da escala e Sicrano utilizou somente o centro da escala.

TABELA 1
Exemplo de efeitos de escala

	Esquerda			Centro		Direita		
Fulano PT-SP	PT 1	PCdoB, PCB, PSB 2	PDT 3	PSDB 4	PMDB 6	PFL, PDS, PRN, PTB, PL, PDC 10		
Beltrano PFL-MS	PT, PCdoB, PCB	PDT, PSB 2		PSDB, PMDB 3		PFL, PDS, PRN, PTB, PL, PDC 5		
Sicrano PMDB-PE	1 PT, PCdoB, PCB, PDT, PSB 3			PSDB, PMDB 4		PTB, PL 5	PFL, PDS, PDC 6	PRN 8



Fonte: POWER; ZUCCO JR. (2009, p. 224).

Notas: Os números sob os partidos ou grupo de partidos indicam as posições efetivamente dadas pelos legisladores. Os termos “Esquerda,” “Centro” e “Direita” são meramente ilustrativos e não fizeram parte do *survey*. Os três legisladores são identificados pelos números 246, 230 e 199 na base de dados da primeira PLB, de 1990.

Um problema similar aflige os dados no tempo. É possível que os legisladores utilizem diferentes segmentos da escala em diferentes períodos, sem que o ordenamento dos partidos nem o seu significado substantivo tenham realmente mudado. Dessa forma, estaria mudando apenas o uso que se faz da escala. Uma tentativa de solucionar este problema consistiria em ancorar as escalas de distintos anos em alguns pontos fixos, os quais, conforme explicado a seguir, seriam os legisladores que responderam a mais de um *survey*.

Os mencionados problemas foram enfrentados por Power e Zucco Jr.⁶ pela aplicação de dois procedimentos de transformação das respostas dos parlamentares às perguntas de classificação ideológica, buscando, assim, obter estimativas das posições ideológicas dos partidos que são comparáveis entre *surveys*. O primeiro procedimento visa separar a variação no uso da escala da variação nas posições do partido em um dado *survey*, o que se torna possível uma vez que cada legislador classificou os mesmos

partidos. O segundo procedimento, servindo-se do fato de vários parlamentares terem participado, em diferentes oportunidades, da coleta de dados, traz as posições estimadas em cada ano para um mesmo espaço. Assim, as posições ideológicas de todos os respondentes de todos os *surveys* são convertidas para uma única escala comum, permitindo, então, comparações diretas.

Muito sumariamente, assume-se que cada partido tem uma “real” posição ideológica não observável por nós, analistas. Legisladores identificam esta posição com algum erro e interpretam a escala de respostas de maneira diferente. Assim, observando apenas a posição P que o legislador $i=(1,\dots,N)$ atribui ao partido j ($j=1,\dots,M$), modelamos tais respostas como

$$P_{ij} = \alpha_i + \beta_j \pi_j + v_{ij} \quad (1)$$

em que π_j é a “verdadeira” posição de cada partido, α_i e β_j são parâmetros individuais que “movem” e “esticam” as escalas, e v_{ij} é um distúrbio aleatório (ou erro).

Em seguida, definimos P_{ii} como sendo a autoclassificação declarada de cada legislador. Assumindo que cada legislador utiliza a mesma escala para posicionar os partidos que ele(a) utiliza para posicionar a si mesmo(a), a real posição de cada legislador é (π_i) definida por:

$$\pi_i = \frac{P_{ii} - \alpha_i}{\beta_i} \quad (2)$$

Uma vez obtidas as estimativas dos parâmetros da Equação 1, o cálculo de π_i se torna trivial. A Equação 1 é análoga a uma regressão sem variável independente, pois π_j não é observado, e assim não pode ser estimada por mínimos quadrados ordinários. Nós estimamos os parâmetros do modelo por máxima verossimilhança, mas algum procedimento bayesiano (MCMC) também seria factível.

De posse das estimativas das posições dos partidos e dos parlamentares em cada *survey*, selecionamos apenas os parlamentares que responderam a mais de uma edição da pesquisa para

o segundo estágio do processo. Esse novo conjunto de dados é composto de uma matriz de posições estimadas dos parlamentares selecionados em cada ano observado π_{it} e uma matriz de posições estimadas dos partidos π_{jt} , em que i e j definidos como antes e $t=(1, \dots, T=6)$, indicando o *survey* a partir do qual as posições foram estimadas. Aplicamos, então, o procedimento proposto por Groseclose, Levitt e Snyder Jr.,⁷ estimando, assim, a “posição média” de cada legislador em cada ano ($\hat{\pi}_i$) da seguinte maneira:

$$\pi_{it} = \gamma_t + \delta_t \hat{\pi}_i + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

De forma análoga ao procedimento anterior, assumimos que a posição média de cada legislador pode sofrer transformações lineares a cada edição da pesquisa, de modo a produzir os dados que efetivamente observamos. A premissa implícita é a de que cada legislador está sujeito aos mesmos “choques” anuais, que representariam, assim, mudanças no uso da escala de ano a ano.

As estimativas dos efeitos de cada ano (γ_t e δ_t) podem ser usadas para converter as posições dos parlamentares (π_{it}) e dos partidos (π_{jt}) para um “espaço comum”, tornando-se, então, possível efetuar comparações entre diferentes rodadas dos *surveys*. Estas novas estimativas – indicadas por π_i^* e π_j^* – são obtidas por $\pi_{it}^* = \frac{\pi_{it} - \gamma_t}{\delta_t}$ e $\pi_{jt}^* = \frac{\pi_{jt} - \gamma_t}{\delta_t}$. A Equação 3 é, também, estimada por máxima verossimilhança.

A IDEOLOGIA DOS PARTIDOS

O resultado mais básico do procedimento aqui descrito pode ser visto na Tabela 2. De acordo com os dados da PLB, e como seria de se esperar, o PSOL é o partido mais à esquerda do espectro ideológico brasileiro. Pela primeira vez em vinte anos, o DEM/PFL aparece à direita do PP (e seus antecessores). Esta mudança faz sentido considerando-se os esforços de renovação do DEM e a diluição ideológica do PP em função da aliança com o governo Lula. Outra mudança digna de nota é

a continuada caminhada do PPS (ex-PCB) para a direita. O PPS é o único partido a ter “saltado” sobre dois partidos adjacentes no atual período democrático, estando hoje claramente à direita do PSB e do PDT.⁸ Por fim, o PSDB ainda aparece em uma posição estatisticamente indistinguível à do PMDB.

TABELA 2
Partidos de esquerda para direita, 1990-2009

Ano		R ²
1990	PCdoB PT PCB PSB PDT PSDB PMDB PTB PL PDC PRN PFL PDS	0.91
1993	PCdoB PT PSTU PSB PPS PDT PSDB PMDB PP PTB PL PFL PPR PRN	0.88
1997	PCdoB PT PSB PPS PDT PMDB PSDB PTB PL PFL PPB	0.98
2001	PCdoB PT PSB PDT PPS PMDB PL PSDB PTB PFL PPB	0.86
2005	PCdoB PT PSB PPS PDT PSDB PL PMDB PTB PFL PP	0.79
2009	PSOL PCdoB PT PDT PV PPS PSDB PTB PR PP DEM	0.87

Notas: Partidos empilhados, em qualquer ano, indicam que as diferenças entre suas posições estimadas *não* são significativas ao nível de 0.05. O teste de significância entre todos os outros pares de partidos adjacentes retornaram p-valores <0.05. O R² indica o encaixe do modelo (Equação 1) aos dados.

Nossa análise, no entanto, fornece estimativas mais detalhadas que vão além do ranking dos partidos. A Figura 1(a), por exemplo, mostra as estimativas das posições dos partidos – e os respectivos intervalos de confiança (ao nível de 0.05) – para os principais partidos do período. Para cada partido, as estimativas aparecem cronologicamente ordenadas de cima para baixo.

Nessa figura, o PSDB e, especialmente, o PPS destacam-se como sendo os partidos que mais claramente moveram-se para a direita. Observa-se, também, que, em geral, os partidos, tanto de direita quanto de esquerda, estão hoje mais próximos do centro, o que sugere ter havido considerável convergência no

posicionamento ideológico dos partidos no período estudado. A Figura 1(b) mostra os resultados para o PT e o PSDB com maiores detalhes. A regularidade empírica mais interessante nessa figura é que nos últimos cinco *surveys*, o partido na oposição move-se para a esquerda, ao passo que o partido no governo move-se para a direita – muito embora todos os movimentos de um *survey* para o outro estejam dentro do intervalo de confiança da estimativa. As causas dessa regularidade mereceriam um estudo mais aprofundado, tarefa deixada para futuros trabalhos.

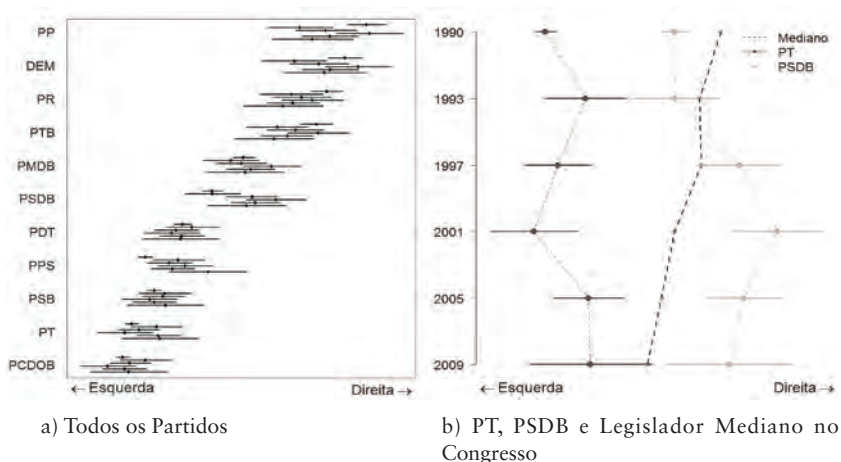


FIGURA 1 - Posições ideológicas, 1990-2009

Por fim, vislumbramos outra curiosa regularidade empírica revelada pelos dados: a tendência de parlamentares brasileiros se declararem à esquerda de onde “realmente” estão localizados continua operando. Esse fenômeno, há muito tempo identificado pela literatura como a “Direita Envergonhada”,⁹ não parece ser uma exclusividade do caso brasileiro.¹⁰ Mas a PLB 2009 fornece evidências que podem ser vistas de diversas e diferentes formas (Figura 2), de que a direita continua envergonhada. A distribuição das auto classificações convertidas, por exemplo, é consideravelmente mais “centrista” do que a distribuição das respostas não transformadas dos parlamentares. Enquanto apenas 13,5% dos parlamentares se colocam à direita de onde colocam seus próprios partidos, 25,5% se colocam mais à esquerda. Finalmente,

e o que talvez seja mais impressionante, 88% dos parlamentares se posicionam à esquerda da reputação do seu partido (sendo que “reputação” é, aqui, entendida como a posição média do partido entre os não membros).

Em termos históricos, o resultado da PLB 2009 é bastante semelhante ao de *surveys* anteriores. Embora a proporção de parlamentares que se coloca à esquerda de onde posiciona seu próprio partido tenha diminuído em relação ao pico dessa série, em 1997, a proporção de parlamentares que se coloca à direita foi, também, a mais baixa de todos os *surveys*. Em que pesem eventuais problemas de representatividade do *survey*, essa tendência tem implicações interessantes para se pensar a política brasileira.

Imagina-se – e há espaço para se testar esta hipótese até mesmo em perspectiva comparada – que a direita envergonhada esteja associada às heranças da ditadura militar e ao desconforto que tais heranças podem causar ao político que abertamente se apresenta como de “direita”. O curioso – e que merece ser estudado – é saber por que, mesmo depois de mais de duas décadas, esse “desconforto” continua existindo. Recentemente, o antigo PFL iniciou um processo de “modernização” que incluiu a indicação de figuras mais jovens para posições de destaque além da própria mudança no nome e sigla do partido. A estratégia foi, certamente, uma resposta ao fortalecimento do PT em regiões antigamente controladas por políticos tradicionais. Tal esforço parece estar direcionado à criação de uma força política democrática – o novo nome não foi escolhido à toa – e abertamente de direita. Ainda assim, a PLB 2009 não captou nenhuma mudança significativa na conotação do termo “direita”, muito embora, como mostraremos a seguir, grande parte dos parlamentares brasileiros tenham preferências compatíveis com esse termo. Nesse sentido, será realmente interessante observar os resultados da próxima PLB, em 2013, para saber se o termo “direita” adquiriu uma conotação mais positiva.

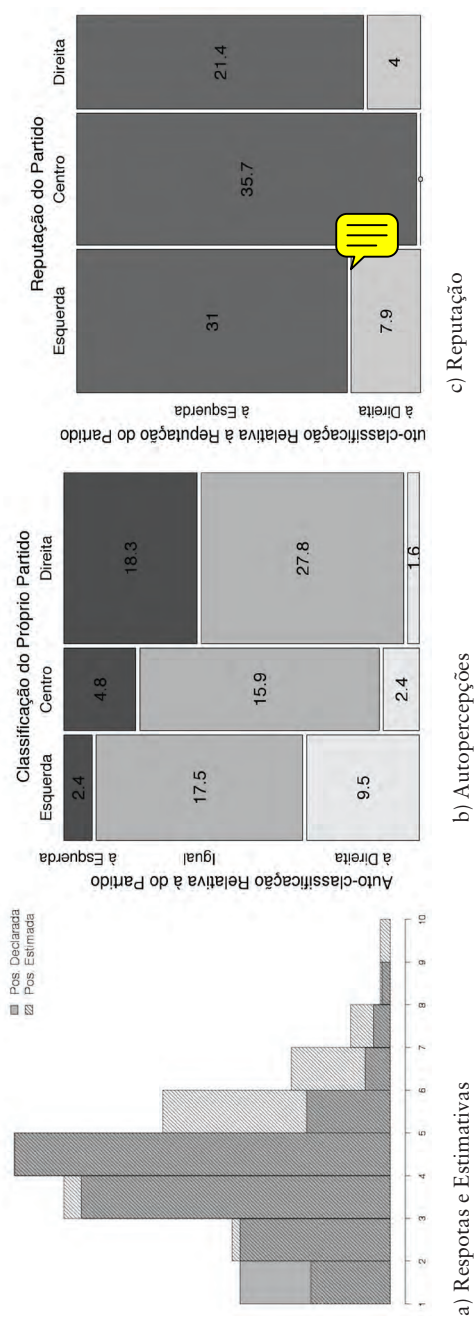


FIGURA 2 - A direita continua envergonhada...
 Notas: A Figura 2(a) compara a distribuição das auto classificações ideológicas com a distribuição das posições ideológicas estimadas de acordo com o procedimento descrito anteriormente. A Figura 2(b) compara a auto classificação ideológica de cada legislador com a sua própria classificação do seu partido. A Figura 2(c) compara a auto classificação de cada legislador com o posicionamento médio do partido, considerando apenas os respondentes que não são membros do seu partido.

TABELA 3
A direita envergonhada no tempo, 1990-2009

a) Autoclassificação relativa à classificação do próprio partido				b) Autoclassificação relativa à reputação partidária		
	À esquerda	A mesma	À direita		À esquerda	À direita
1990	26.50	59.40	14.20	1990	85.40	14.60
1993	18.30	63.90	17.80	1993	85.80	14.20
1997	34.00	48.40	17.60	1997	78.40	21.60
2001	35.10	50.00	14.90	2001	78.40	21.60
2005	30.10	56.60	13.30	2005	79.60	20.40
2009	25.40	61.60	13.50	2009	88.10	11.90

Notas: As tabelas reportam os mesmos dados apresentados nas Figuras 2(b) e 2(c) para todas as seis rodadas da PLB. A tabela da esquerda compara a autoclassificação de legisladores com a classificação que eles mesmos fazem do seu próprio partido. A tabela da direita compara a autoclassificação de legisladores com a reputação do seu próprio partido, definida como a posição média que os demais legisladores atribuem ao partido.

IDEOLOGIA E SISTEMA ECONÔMICO

Muito embora alguns partidos tenham se movido em relação aos demais, a análise da autoclassificação ideológica de parlamentares reportada na seção anterior sugere uma certa estabilidade nos padrões de resposta ao longo do tempo. Os resultados, no entanto, mostram apenas que há uma estabilidade na maneira pela qual os parlamentares se veem e veem os demais atores políticos no Legislativo. Como os dados utilizados no processo de conversão das posições ideológicas não estão ancorados em nenhuma questão substantiva, os resultados não excluem a possibilidade de mudanças no *significado* dos termos “esquerda” e “direita”. Assim, continuamos sem saber se esta estabilidade é uma estabilidade de crenças e ideologia ou, simplesmente, uma estabilidade epifenomenal, induzida pelo hábito e reforçada pelo sistema.¹¹

Para explorar o significado substantivo dessa escala ideológica, utilizaremos a pergunta da PLB 2009 que indaga “qual o tipo de sistema econômico seria mais adequado para o Brasil”.

São quatro as opções de resposta: “uma economia predominantemente de mercado com a menor participação possível do Estado”; “um sistema econômico em que houvesse uma distribuição equitativa entre uma parte de responsabilidade das empresas estatais e outra das empresas privadas”; “uma economia em que as empresas estatais e o Estado constituíssem o setor principal, mas sem que a participação da economia do mercado fosse eliminada”; e, finalmente, “uma economia em que o capital privado fosse totalmente afastado dos principais setores econômicos, passando as grandes empresas para o controle estatal”. De modo a facilitar a exposição, faremos referência a tais opções de respostas como modelos “de mercado”, “de equilíbrio”, “com predomínio do Estado” e “puramente estatal”.

Além do *survey* de 2009, essa pergunta foi incluída também nas rodadas de 2005, 2001 e 1997. Embora não fizesse parte da primeira edição, a de 1990, ela foi retirada *ipsis litteris* de um *survey* realizado na mesma legislatura por Leôncio Martins Rodrigues, cujas respostas, para esta e outras perguntas da mencionada pesquisa, foram recuperadas a partir de publicações feitas à época,¹² sendo então possível incorporá-las ao *survey* de 1990.¹³ Contudo, uma vez que os dados de Rodrigues foram coletados no início da legislatura, referiremo-nos, no restante deste trabalho, aos dados de 1987.¹⁴ Como resultado, podemos analisar cinco dos seis *surveys*, cobrindo mais de duas décadas de democracia brasileira. As análises que seguem são baseadas em regressões logísticas ordenadas, com a variável de resposta podendo assumir tantos valores quantas são as respostas, ordenadas em uma escala de mais para menos intervenção estatal na economia.

Embora tabelas de coeficientes sejam de difícil interpretação em modelos como este, vale a pena estudar brevemente a Tabela 2. O modelo inclui, além da posição ideológica convertida de cada legislador, indicadores binários para os anos e termos de interação entre ano e o efeito de ideologia, permitindo que se estime a variação do efeito de ideologia ao longo do tempo. O significado exato dos efeitos estimados será detalhado a seguir,

mas é evidente, desde já, que o efeito de ideologia (medido pelo primeiro coeficiente em combinação com os coeficientes no termo de interação) é sucessivamente menor à medida que o tempo passa. Este padrão é revelado pela combinação dos coeficientes em ideologia com os coeficientes de interação entre ideologia e o ano, com 1987 sendo o ano base. Em 1987 o “efeito” de ideologia na variável de resposta é 0,89. O significado exato deste número será analisado a seguir, mas por hora basta notar que o efeito positivo indica que posições mais à direita na escala ideológica estão relacionadas a posições mais pró-mercado na escala de respostas. Para 1997, este é também positivo, mas aparece decrescido de 0,18. Em 2001, a redução é maior (0,27) e nos dois últimos *surveys* chega a 0,32. Um coeficiente menor é evidência de menor associação entre as variáveis. Assim, esta é a evidência preliminar de que ideologia, hoje, tem uma relação mais tênue com preferências acerca do sistema econômico do que ocorria em 1987.

TABELA 4
 “Explicando” preferências acerca de sistema econômico

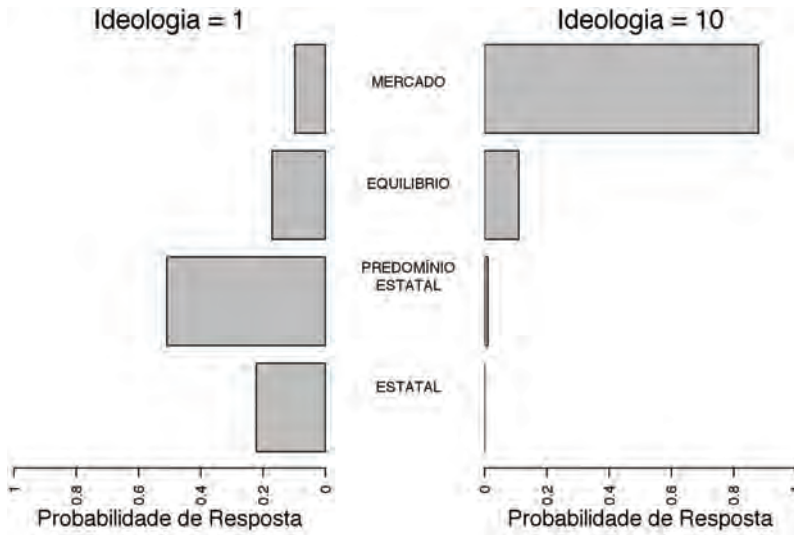
Variável	Coef.	Erro-Padrão	Estatística t
IDEOLOGIA	0.89	0.12	7.39
ANO=1997	1.89	0.75	2.52
ANO=2001	1.67	0.70	2.38
ANO=2005	2.08	0.69	3.03
ANO=2009	1.68	0.66	2.57
IDEO X ANO=1997	-0.18	0.18	-1.02
IDEO X ANO=2001	-0.27	0.17	-1.59
IDEO X ANO=2005	-0.32	0.17	-1.91
IDEO X ANO=2009	-0.32	0.16	-1.98

Notas: A tabela mostra os coeficientes estimados de uma regressão logística ordenada, em que a *variável dependente* é a escala ordinal de respostas à pergunta acerca das preferências em relação ao sistema econômico preferível. A escala possui quatro respostas possíveis, ordenadas de maior para menor intervenção estatal (Economia Estatal, Predomínio Estatal, Equilíbrio entre Estado e Mercado e uma Economia de Mercado). As variáveis independentes são simplesmente a posição ideológica convertida de cada legislador, um indicador do ano e um termo de interação entre elas.

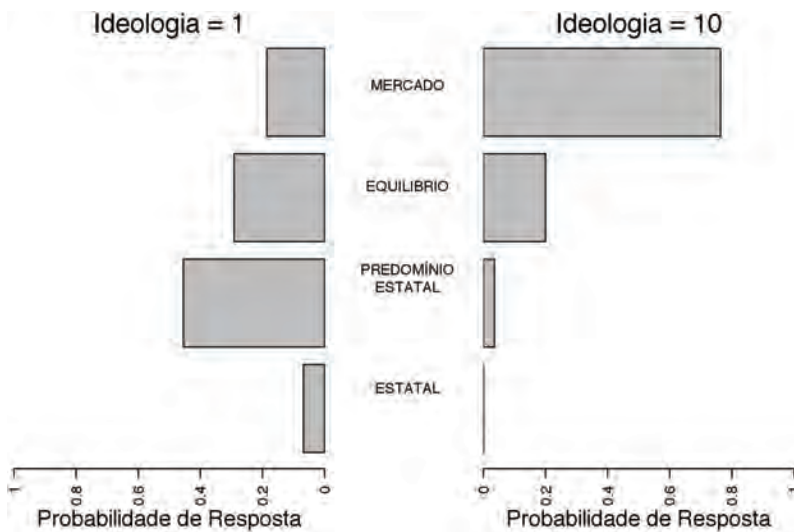
Antes de prosseguir, é importante salientar que a defesa de uma economia puramente estatal jamais foi a posição predominante em qualquer segmento do espectro ideológico. Como pode ser observado na Figura 3, já em 1987, esta não era a opção preferida nem mesmo pelos parlamentares localizados no extremo esquerdo do espectro ideológico, para os quais se constatava uma probabilidade de preferência por uma economia predominantemente estatal de cerca de 0,55 e, essencialmente, a mesma probabilidade (0,2) de preferência tanto por uma economia mista equilibrada quanto por uma economia puramente estatal. Desde então, essa opção perdeu cada vez mais sua relevância, sendo hoje ainda mais impopular entre os esquerdistas do que um modelo de mercado puro. Por isso, na análise que se segue, incorporamos as poucas respostas indicando preferência por um modelo econômico puramente estatal às respostas de Estado dominante e utilizamos uma escala de apenas três pontos.

A Figura 3 mostra, também, a essência da mudança ocorrida desde 1987. Embora as preferências de parlamentares de direita tenham permanecido basicamente inalteradas, houve uma considerável reconfiguração da esquerda. Em 1987, preferências por uma economia com predomínio estatal ou puramente estatal eram amplamente predominantes; agora, a posição de equilíbrio entre público e privado predomina. Se ao invés de olharmos para parlamentares no extremo da escala ideológica – como é o caso da Figura 3 – olhássemos para parlamentares um pouco mais moderados, posições pró-mercado seriam ainda mais predominantes.

Embora de fácil interpretação, a Figura 3 esconde grande parte da variação que nossos dados permitem captar, tanto ao longo da escala ideológica quanto ao longo do tempo. Por isso, apresentamos resultados bastante mais detalhados na Figura 4. Percebe-se, inicialmente, que a grande mudança nos padrões de resposta ocorreu entre 1987 e 1997. Nesse sentido, é bastante lamentável que o *survey* de 1993 não tenha incluído a pergunta em questão, pois, com ela, poderíamos averiguar se tal mudança ocorreu antes ou a reboque do plano de estabilização econômica de 1994.



a) Esquerda e Direita em 1987



b) Esquerda e Direita em 2009

FIGURA 3 - Esquerda e direita em dois momentos

Notas: As figuras mostram as probabilidades previstas de cada resposta para parlamentares cujas posições convertidas são extremas (1 ou 10) em 1987 e 2009. Essas probabilidades previstas foram estimadas a partir da regressão logística ordenada idêntica à reportada na Tabela 4.

Em termos substantivos (i.e., sem levar em consideração a escala ideológica), poder-se-ia definir, arbitrariamente, a esquerda como sendo composta pelo conjunto de parlamentares com maior probabilidade de preferir uma economia com Estado dominante a qualquer outro tipo de arranjo. Similarmente, a direita seria composta pelos parlamentares cuja preferência prevista apontasse para um modelo de mercado puro. Os de centro, por sua vez, seriam aqueles cuja maior probabilidade de resposta residiria na categoria de um modelo de equilíbrio entre Estado e Mercado.¹⁵

Embora exista, ainda, uma clara associação entre a pergunta substantiva e a escala ideológica, as posições substantivas tidas como de direita e de centro, pela classificação acima, dominam hoje quase a totalidade da escala ideológica. De 5 em diante, parlamentares tendem a preferir arranjos de mercado a qualquer intervenção estatal. Entre 2 e 5, há uma maior probabilidade de preferir um sistema de equilíbrio entre público e privado às demais opções. Somente parlamentares no extremo esquerdo da escala se dividem igualmente entre predomínio do Estado e o equilíbrio entre público e privado.

O *survey* de 1987, feito por Rodrigues, revelava uma figura significativamente diferente dos demais anos porque existia, ainda, um grupo claramente de esquerda. Em vários aspectos, 1997 representou o apogeu da hegemonia do pensamento de mercado, mas desde então observa-se muito mais uma estabilidade do que um crescimento das posições substantivas de esquerda. Ainda que o legislador mediano pareça estar mais à esquerda na escala ideológica (Figura 1(b) – provavelmente por conta do aumento da representação de partidos de esquerda –), esses parlamentares nominalmente mais à esquerda não devem estar representando posições substantivamente mais à esquerda.

IDEOLOGIA OU GOVERNISMO?

Independentemente do lastro substantivo da autoclassificação ideológica, não deixa de ser interessante indagar acerca das origens ou das consequências dessas autopercepções compartilhadas entre as elites políticas do país. Nesta seção, discutiremos algumas das consequências. Em trabalho anterior, encontramos evidência de que ideologia, nos últimos anos, tem se tornado um determinante bastante fraco do comportamento legislativo na Câmara de Deputados.¹⁶ Na verdade, os mesmos resultados não excluem a possibilidade de que ideologia *jamais* tenha sido um determinante forte de comportamento.¹⁷ Essa questão continua em aberto por conta de dificuldades empíricas em separar os incentivos providos pelo governo das predisposições ideológicas dos deputados nos anos do governo de Fernando Henrique. Contudo, durante os governos Lula, quando as coalizões de governo foram incoerentes do ponto de vista ideológico, pode-se, sim, separar os dois incentivos.

Zucco Jr. e Lauderdale¹⁸ desenvolveram, recentemente, uma variação em um dos modelos clássicos de estimação de pontos ideais de parlamentares,¹⁹ os quais, por sua vez, consistem na aplicação de modelos desenvolvidos na área de Educação (IRT) a votações nominais. A variação mencionada utiliza não somente votações nominais, mas incorpora, também, dados de *surveys* de classificação ideológica de parlamentares, realizando essencialmente o mesmo procedimento de recuperação das posições dos partidos descrito anteriormente. E o faz de forma concomitante à estimação dos pontos ideais dos parlamentares em duas dimensões, a partir de votações nominais. Diferentemente de outros procedimentos, este modelo utiliza as posições ideológicas dos partidos como *priors* sobre a posição dos membros do partido na primeira dimensão.

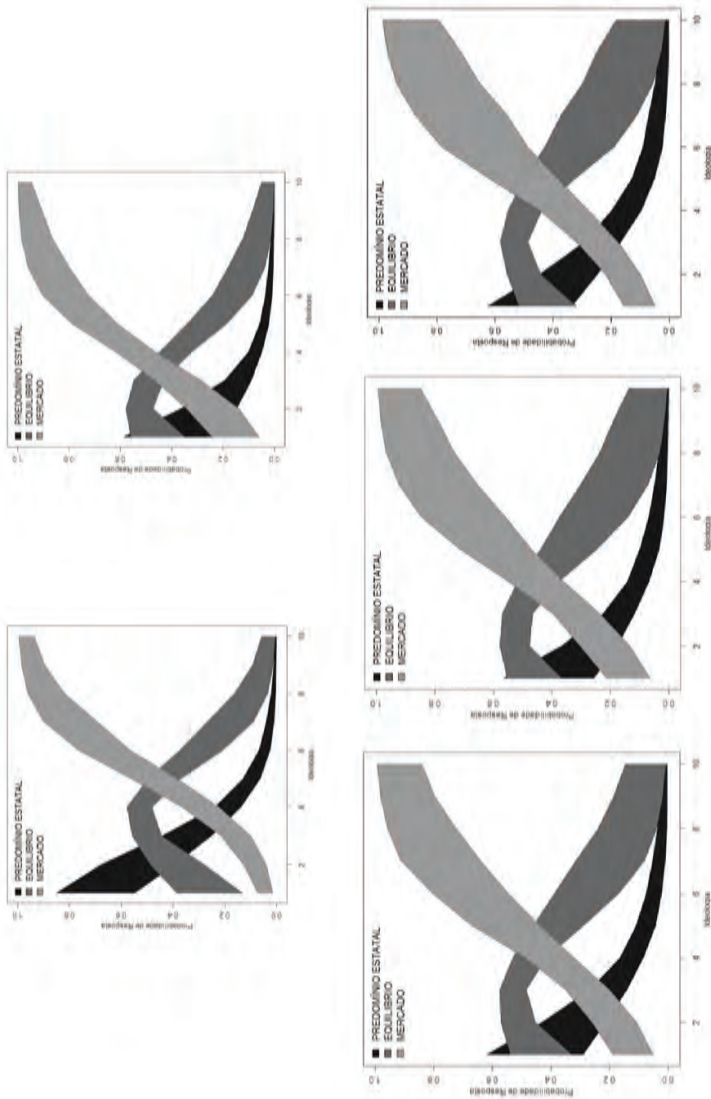


FIGURA 4 - Esquerda e direita em termos substantivos

Notas: As figuras reportam os valores de resposta previstos à questão sobre preferências em relação ao sistema econômico para diferentes posições ideológicas. As estimativas foram obtidas a partir de uma regressão logística ordenada idêntica à reportada na Tabela 2, mas com as quatro categorias originais da variável dependente condensadas em três categorias. A combinação das duas categorias mais pró-estatais (Estatal e Predomínio Estatal) deveu-se ao pequeno número de respostas (13) na primeira categoria. Esse procedimento não afeta os resultados encontrados e facilita a reportagem dos dados.

Na prática, o modelo força a primeira dimensão a representar a clivagem esquerda-direita, sem impor nenhuma estrutura na segunda dimensão. Pode-se, ao final, identificar a relevância relativa das duas dimensões pelo estudo da frequência com que votações separam esquerda-direta e/ou governo-oposição. Em termos bastante sumários, o modelo clássico pode ser expresso como

$$\Pr(Y_{ij} = 1) = \Phi\left[\sigma^{-1}(\beta_{j1}x_{i1} - \beta_{j2}x_{i2} - \beta_{j0})\right], \quad (4)$$

em que Y_{ij} é o voto de cada legislador i em cada voto j , Φ é a distribuição cumulativa da normal, os β_j são parâmetros de cada voto e x_i são as posições dos parlamentares em cada dimensão. O que fazemos é simplesmente estipular que os x_i sejam sorteados de uma distribuição normal, centrada na posição estimada do partido, de modo que:

$$x_{i1} \sim \text{Normal}(\pi_{1k}, \sigma_{x1}) \quad (5)$$

As posições dos partidos, por sua vez, são estimadas a partir das perguntas de classificação ideológica da PLB. Assumimos, como antes, que existe uma posição “verdadeira” para cada partido (π_{1k}), mas que parlamentares individuais distorcem a escala de resposta linearmente (μ_{m0} e μ_{m1}), gerando os dados que são efetivamente observados (P_{mk}). Assim, o modelo estima também os parâmetros da seguinte equação:

$$P_{mk} = \mu_{m0} + \mu_{m1}\pi_{1k} + \varepsilon_{mk}, \quad (6)$$

em que se assume que ε_{mk} seja normalmente distribuído.²⁰ Os π_{1k} estimados na Equação 6 informam a estimação dos x_{i1} na Equação 4, através da relação estipulada na Equação 5. A identificação das posições na primeira dimensão (horizontal) com os dados da PLB fazem com que esta dimensão reflita o eixo ideológico esquerda-direita. As posições dos legisladores na segunda dimensão também são modeladas hierarquicamente, de forma análoga à Equação 5, mas os parâmetros da distribuição de cada partido nesta dimensão não são identificados com

nenhuma fonte externa de dados. O modelo, portanto, produz estimativas da posição dos partidos e de cada legislador em duas dimensões, com a primeira dimensão sendo ancorada no eixo ideológico e a segunda dimensão livremente estimada a partir dos dados de votações nominais. Todos os parâmetros do modelo são estimados simultaneamente por MCMC em Winbugs, utilizando o pacote R2WinBUGS para R.

O modelo descrito foi estimado usando os dados da PLB 2009 e todas as votações nominais realizadas na 53ª legislatura. Seu resultado mais básico é a bastante intuitiva Figura 5, que mostra, em cinza claro, a posição de cada legislador. Em destaque aparecem as posições estimadas dos partidos. A cor dos círculos dos partidos indica a frequência com que cada um deteve pelo menos uma cadeira ministerial: os partidos em branco estiveram sempre representados no gabinete, os partidos em preto não estiveram jamais no gabinete e os em cinza tiveram ministros por algum tempo.

A utilização dos dados do *survey* “gira” o gráfico que é gerado por modelos-padrão de estimação de pontos ideais (*Nominate* ou *Ideal*), de modo que a primeira dimensão (horizontal) passa a corresponder ao que imaginamos ser ideologia. Note que as posições estimadas pelo modelo não são idênticas às posições estimadas quando se usa somente o *survey*. As posições dos partidos estimadas a partir dos *surveys* informam a estimação das posições mostradas na Figura 5, mas estas incluem também informação retirada das votações nominais. Assim, por exemplo, o PSDB aparece mais à direita do que sua ideologia pura e simples, talvez porque o partido tenha particulares incentivos para atuar de forma mais radical do que o esperado na legislatura.

A segunda dimensão (vertical) que emerge do modelo parece estar muito bem alinhada com o grau de “governismo” de cada partido. O PT e o PSDB aparecem como elementos extremos nesta dimensão, o que seria previsível, considerando tratar-se dos dois partidos com reais pretensões presidenciais. Os partidos de oposição, incluindo a oposição à esquerda do PT (PSOL),

aparecem claramente separados dos partidos governistas. Estes, por sua vez, apresentam considerável variação ideológica e variação no seu grau de governismo. O PV, caso bastante complexo durante o governo Lula, aparece, como seria de se esperar, como o menos governista dos partidos governistas.

Cada votação poderia ser representada graficamente por uma linha que corta a figura em diferentes direções. Embora, para facilitar sua visualização, tenhamos omitido as linhas da Figura 5, é importante reportar que a maioria das linhas separam governo de oposição e não esquerda de direita.

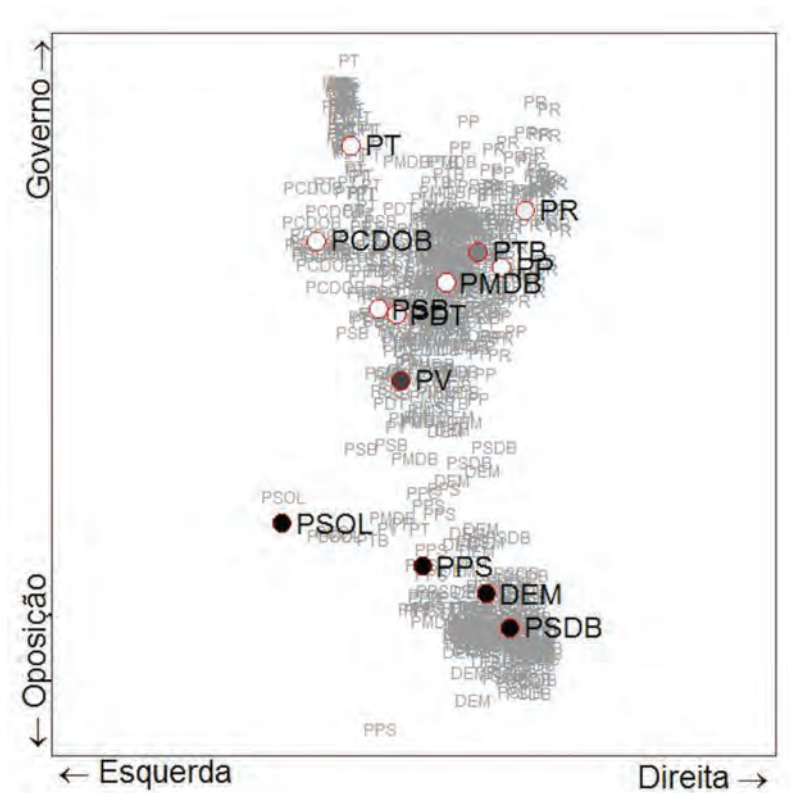


FIGURA 5 - A Câmara em duas dimensões: ideologia e governo-oposição

Notas: A figura mostra o posicionamento de legisladores e partidos em duas dimensões, na 53ª legislatura, estimado de acordo com o modelo definido acima. O modelo foi estimado utilizando todas as votações nominais na Câmara, até o momento de redação deste texto (fev. 2007-set. 2009), e as classificações ideológicas dos partidos da PLB 2009.

Até a redação deste texto, 443 votações nominais haviam sido realizadas na 53ª legislatura. Em 256 delas, o lado minoritário obteve pelo menos 10% dos votos. Consideramos apenas estes votos como “contestados”, e dividindo as linhas de corte em horizontais, verticais e diagonais, observa-se que mais de 71% das linhas de cortes são horizontais, ou seja, votações não ideológicas que separam governo de oposição. Por outro critério, 93% das votações contestadas têm um parâmetro de discriminação na segunda dimensão (β_{j2}) estatisticamente significativo (ao nível de 0.05), ao passo que para apenas 46% dos votos o parâmetro de discriminação da primeira dimensão (β_{j1}) é significativo.

Em termos bastante gerais, a incorporação de informação de *surveys* pode melhorar bastante a estimação de pontos ideais, gerando resultados que são mais intuitivos e informativos sobre a legislatura a ser estudada. No que diz respeito ao caso específico da 53ª legislatura brasileira, os dados, analisados segundo o modelo proposto, sugerem que a principal clivagem é mesmo governo-oposição, e não esquerda-direita. Esta evidência é compatível com a ideia de que, havendo conflito entre as preferências ideológicas dos parlamentares e os incentivos políticos gerados pelo Executivo, estes últimos tendem a predominar.

CONCLUSÕES

O presente trabalho, de caráter eminentemente empírico, examinou alguns aspectos de ideologia dos parlamentares brasileiros a partir de dados da PLB 2009 e das rodadas anteriores da Pesquisa Legislativa. Perguntas sobre classificação ideológica realizadas em todas as edições da pesquisa revelam que há bastante estabilidade na forma como os parlamentares se veem e como veem os seus pares. Os partidos brasileiros aparecem ordenados no espectro ideológico de forma bastante compatível com o que seria esperado pela comunidade acadêmica²¹ e, exceto pelo PPS, nenhum partido exibiu grandes variações de posição ao longo do tempo. O PSOL é o partido mais à esquerda, o DEM aparece, pela

primeira vez, como partido mais à direita, e o centro é ocupado pelo PMDB, em companhia do PPS e do PSDB.

Entretanto, quando levamos em consideração uma pergunta de caráter substantivo sobre as preferências dos parlamentares acerca do modelo econômico ideal, novas evidências interessantes merecem ser ressaltadas. Embora a direita tenha permanecido bastante estável em sua associação ao modelo de mercado, a esquerda transitou significativamente de uma preferência por modelos predominantemente estatais para a aceitação de modelos de equilíbrio entre público e privado. Em essência, o que era esquerda em 1987 praticamente desapareceu, o centro e a direita ocupam quase a totalidade da escala ideológica.

Por fim, e possivelmente fruto desse maior consenso substantivo entre esquerda e direita, a clivagem estratégica e não ideológica entre governo e oposição parece ter ocupado o papel predominante na estrutura das disputas políticas na Câmara dos Deputados.

O quadro que se desenha, portanto, demonstra que embora as elites políticas continuem reconhecendo uma estrutura ideológica em seu meio, suas preferências e comportamentos estão muito menos associados a esta estrutura do que no passado.

(O presente texto combina material inédito e material originalmente incluído em outros trabalhos. Parte dos dados utilizados foram coletados por Timothy Power e Leôncio Martins Rodrigues.)

NOTAS

- ¹ ZUCCO JR., Cesar. Ideology or what? Legislative behavior in multiparty presidentialist settings. *Journal of Politics*, v. 71, n. 3, p. 1.076-1.092, 2009.
- ² POWER, Timothy J. *The political right in postauthoritarian Brazil: elites, institutions, and democratization*. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 2000.
- ³ Seria melhor utilizar uma escala de 0 a 10, já que 5, neste caso, seria efetivamente a posição de centro. No entanto, optou-se por preservar a comparabilidade com *surveys* anteriores.
- ⁴ ALDRICH, John H.; MCKELVEY, Richard D. A method of scaling with applications to the 1968 and 1972 presidential elections. *American Political Science Review*, v. 71, n. 1, p. 111-130, 1977; POOLE, Keith. *Recovering a basic*

- space from a set of issue scales*. Manuscrito não publicado, 1996; KING, Garry *et al.* Enhancing the validity and cross-cultural comparability of measurement in survey research. *American Political Science Review*, v. 98, n. 1, p. 191-207, 2004.
- ⁵ Reproduzida de POWER, Timothy J.; ZUCCO JR., Cesar. Estimating ideology of Brazilian Legislative parties, 1990-2005: a research communication. *Latin American Research Review*, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.
 - ⁶ POWER; ZUCCO JR., *op. cit.*
 - ⁷ GROSECLOSE, Tim; LEVITT, Steven; SNYDER JR., James M. Comparing interest group scores across time and chambers: adjusted ADA scores for the US Congress. *American Political Science Review*, v. 93, n. 1, p. 33-50, 1999.
 - ⁸ Pode-se debater quão real é esta mudança, e o fato de o partido ter feito oposição ao governo Lula durante boa parte dos dois mandatos pode confundir ainda mais a questão. No entanto, parece bastante plausível que o PPS seja hoje um partido muito menos à esquerda do que o PCB do final dos anos 1980.
 - ⁹ PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 19, p. 26-45, 1987; RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados*. São Paulo: OESP-Maltese, 1987.
 - ¹⁰ GONZÁLEZ, Luis E. *Political structures and democracy in Uruguay*. South Bend: University of Notre Dame Press, 1991.
 - ¹¹ Convém notar que a aparente estabilidade da estrutura ideológica do sistema partidário brasileiro revelada na seção anterior não deixaria de ser um fenômeno interessante a ser explicado, ainda que fosse puramente epifenomenal.
 - ¹² RODRIGUES, *op. cit.*
 - ¹³ É importante notar que o *survey* de Leôncio Martins Rodrigues foi realizado quase três anos antes do *survey* de Power e que incluiu somente deputados. Assim, ao contrário dos demais anos, a análise dos dados de 1987/1990 inclui somente os deputados que participaram dos dois *surveys*.
 - ¹⁴ Os dados estão disponíveis graças ao esforço de Timothy Power.
 - ¹⁵ Pode-se, ainda, claramente subdividir a categoria centro em centro-esquerda e centro-direita, dependendo da segunda resposta mais provável.
 - ¹⁶ ZUCCO JR., *op. cit.*
 - ¹⁷ Embora padrões de comportamento durante a década de 1990 pareçam ser ideológicos, é possível que o real determinante de comportamento tenha sido a atuação do governo, mas que esta seja colinear com ideologia.
 - ¹⁸ ZUCCO JR., Cesar; LAUDERDALE, Benjamin. Making votes talk: ideology and government influence on legislative behaviour. Toronto. Trabalho apresentado no *Encontro da American Political Science Association*, 2009.
 - ¹⁹ CLINTON, Joshua; JACKMAN, Simon; RIVERS, Douglas. The statistical analysis of roll call data. *American Political Science Review*, v. 98, n. 2, p. 355-370, 2004.

- ²⁰ Esta equação é idêntica à Equação 1, o que mostra que o modelo apresentado no início deste trabalho está incluído no modelo de comportamento legislativo aqui analisado.
- ²¹ Foi encontrada uma correlação bastante forte na comparação de dados de edições anteriores da Pesquisa Legislativa com *surveys* de especialistas como o realizado por WIESEHOMER, Nina; BENOIT, Kenneth. Presidents, parties and policy competition. *Journal of Politics*, v. 71, n. 4, p. 1.435-1.447, 2009 e POWER; ZUCCO JR., *op. cit.*